



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.  
CAMPUS JARAGUÁ DO SUL  
CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA MODALIDADE INTEGRADO

CAROLINE LAVA

GABRIELA PINHEIRO

JOÃO VITOR ALVARENGA MIOTTO

LUCAS ALEXANDRE RUYSAM

MATHEUS ALVES RIBEIRO

WESLEY GABRIEL BRICCIUS

**O NÍVEL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DE  
ENSINO MÉDIO DE JARAGUÁ DO SUL**

JARAGUÁ DO SUL, JULHO DE 2013

CAROLINE LAVA

GABRIELA PINHEIRO

JOÃO VITOR ALVARENGA MIOTTO

LUCAS ALEXANDRE RUYSAM

MATHEUS ALVES RIBEIRO

WESLEY GABRIEL BRICCIUS

## **O NÍVEL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Projeto de pesquisa desenvolvido pelo projeto de incentivo a pesquisa Conectando Saberes do curso Técnico em Química Modalidade Integrado no Instituto Federal de Santa Catarina Jaraguá do Sul.

Orientadora: Catia Regina Barp Machado.

JARAGUÁ DO SUL, JULHO DE 2013

## SUMÁRIO

<b>1 TEMA.....</b>	<b>4</b>
<b>2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....</b>	<b>4</b>
<b>3 PROBLEMA.....</b>	<b>4</b>
<b>4 HIPÓTESES.....</b>	<b>4</b>
<b>5 OBJETIVOS.....</b>	<b>5</b>
5.1 Objetivo Geral.....	5
5.2 Objetivos Específicos.....	5
<b>6 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>5</b>
<b>7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>6</b>
<b>8 METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>9 CRONOGRAMA.....</b>	<b>13</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>14</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>15</b>

## **1. Tema**

Nível de Formação dos Professores das Escolas de Ensino Médio de Jaraguá do Sul.

## **2. Delimitação do Tema**

Análise da formação dos professores que atuam nas escolas de Ensino Médio, no Município de Jaraguá do Sul, no ano de 2013.

## **3. Problema**

A falta de professores com a formação adequada para lecionarem as disciplinas as quais estão responsáveis é um problema que atinge o Brasil, e pode trazer como consequência um ensino de baixa qualidade aos estudantes, então eis a questão: todos os professores que atuam no Ensino Médio tem a formação exigida na lei para lecionarem nas disciplinas pelas quais estão responsáveis?

## **4. Hipóteses**

- Nem todos os professores possuem formação adequada para atuar nas disciplinas em que lecionam.
- Há falta de professores formados nas áreas específicas para atuarem nas escolas.

## **5. Objetivos**

### **5.1. Objetivo Geral**

Avaliar a adequação da formação dos professores que atuam no Ensino Médio em Jaraguá do Sul com as disciplinas em que atuam.

### **5.2 Objetivos Específicos**

- Identificar o número de professores que atuam no Ensino Médio em Jaraguá do Sul.
- Mapear a formação dos professores que atuam no Ensino Médio em Jaraguá do Sul.
- Realizar levantamento sobre as disciplinas que cada um dos professores leciona.
- Comparar a formação do professor com as disciplinas as quais eles atuam.

## **6. Justificativa**

No início do semestre, quando nos foi solicitado escolher de um tema para de pesquisa, debatemos sobre várias possibilidades, mas nenhuma nos inquietou mais que a profissão de professor. Sabemos que para exercer uma profissão é preciso ter determinada habilitação e em conversa com amigos, percebemos que não parece claro para toda população qual a formação que o professor deve ter.

Segundo relatos de alguns alunos com os quais conversamos, tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio, eles tiveram professores que não atuavam especificamente na área de sua formação, não raros os casos, em que um mesmo professor, com apenas uma graduação dava até mais de uma disciplina.

Ouvimos relatos de alunos da licenciatura na Instituição em que estudamos, os quais ainda não estão formados e já lecionam no Ensino Médio da rede estadual, geralmente empregados como professores Admitidos em Caráter Temporário

(ACTs). E tal fato nos instigava ainda mais para saber se o professor deve ter uma formação específica ou se não é necessário.

Também chamava nossa atenção o grau de escolarização encontrado entre os nossos professores no Instituto Federal, pois sua maioria tem especialização ou mestrado. E esse fato foi realmente incomum, se no Instituto Federal é assim, como seriam nas outras escolas?

Com base nestas questões definimos que a formação dos professores seria o foco da nossa pesquisa, não apenas para obter dados nas conversas informais, mas sim para entender qual a formação exigida na lei, para atuar como professor e como está a situação em relação a formação dos professores na nossa cidade. Para o desenvolvimento deste projeto focamos na formação dos professores que atuam no Ensino Médio da nossa cidade relacionado com as disciplinas as quais eles atuam.

Também pensamos que com esse projeto poderíamos refletir sobre a qualidade da educação no que se trata da formação e qualificação de professores e, assim, gerar dados para que os profissionais da educação e o poder público possam refletir sobre uma das questões da qualidade da educação que está ligada à qualificação profissional, para que a população tenha a clareza da formação dos professores que atuam no Ensino Médio na nossa cidade e para que as instituições de Ensino Superior da região percebam em que áreas estão faltando professores formados, e pensem sobre quais os cursos que precisam ser oferecidas para suprir tais necessidades.

## **7. Fundamentação Teórica**

Nos dias de hoje há um grande esforço para que os alunos tirem boas notas nas provas nacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), Prova Brasil, entre outras e internacionais como, por exemplo, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Para isso, impõe-se aos professores que tenham sempre uma melhor formação inicial e continuada, planejamento, envolvimento na gestão da escola e bom desempenho pedagógico. Contudo, muitas críticas apontam os professores

como mal formados e pouco imbuídos de sua responsabilidade pelo desempenho dos estudantes (SCHEIBE, 2010).

A formação do docente é muito importante para o aprimoramento do processo educacional, pois tal ação garante generalização da educação básica de maior qualidade, a qual é direito de todo cidadão. Pois, com boa formação o professor terá condições de seguir as Diretrizes Nacionais e assim assegurar um ambiente propício para promover o aprendizado do aluno. (BRASIL, 2001)

No Brasil a Educação é definida como os procedimentos de formação, os quais abrangem o desenvolvimento primordial na convivência familiar e humana, no trabalho e instituições de ensino e pesquisa (BRASIL; 1996).

Para iniciar a discussão em relação à formação de professores buscamos a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9394 de 20 de dezembro de 1996 que é a lei maior referente à educação no país.

De acordo com a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996, p. 8) os níveis de escolaridade, no Brasil, são: Educação Básica e Educação Superior.

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e o Ensino Superior abrange os cursos sequencias, a graduação, a pós-graduação e a extensão.

Neste trabalho trataremos do Ensino Médio, que é o espaço onde os profissionais, foco da nossa pesquisa, atuam e do Ensino Superior que é onde deve se dar a formação dos profissionais da educação de acordo com a legislação do nosso país.

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, onde segundo a LDB 9394/96, tem duração mínima de três anos. Dentre as finalidades, podemos citar uma das principais: "III - o aprimoramento do educando como pessoa humana,

incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...]” (BRASIL, 1996, p. 14).

Na Educação Básica, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, a carga horária é definida da seguinte maneira:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver [...] (BRASIL, 1996, p. 9)

O Ensino Médio no Brasil passou por várias mudanças ao longo dos anos, dentre elas a sua obrigatoriedade, que é muito recente e a sua função, em que a atual legislação garante que o Ensino Médio: “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Art.1º § 2º da Lei nº 9.394/96).

A LDB também define que o Ensino Médio é a “etapa final da educação básica”, hoje o Ensino Médio tem como objetivo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a formação pessoal para que possa integrar seu projeto individual ao projeto da sociedade em que vive, buscando a orientação básica para a sua inserção no mundo do trabalho, além disso, um de seus alvos é que os alunos consigam aprender sozinho após a conclusão do ensino básico.

Leis de Diretrizes e Bases ou LDB definem, orientam e auxiliam a organização da educação no país, tanto pública como privada. Nela está contida aquilo que é obrigatório na educação ou não, onde deve ser oferecido cada nível e modalidade de educação a quem cabe o financiamento de cada modalidade de educação, as formas de organização e funcionamento das redes de ensino a formação docente e dos especialistas da educação e suas funções (SOUZA; 1998).

Até o período vigente o Brasil passou por três LDBs distintas, a primeira foi a LDB4.024 de 1961, a segunda a LDB 5692 de 1971 e a atual LDB 9394 de 1996. A seguir apresentaremos um comparativo das três leis de diretrizes e base da educação do nosso país no que se trata da formação dos professores.

A LDB 4.024/61 em seu artigo 59 afirma que “ a formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais

de educação técnica." (BRASIL; 1961).

E tratando-se de formação de docentes para lecionarem no ensino primário a formação necessária era o Ensino Colegial, como consta no artigo 54 da lei 4.024/61, o qual seria equivalente ao atual Ensino Médio (BRASIL; 1961).

Já na segunda LDB 5692/71, a formação de professores passou a ser desenvolvida em três níveis, no magistério de 2º grau, nas licenciaturas curtas e nas licenciaturas plenas. Cada formação desta equivalia a uma letra, sendo elas A, B ou C, conforme previa o artigo 30 (BRASIL, 1971).

Os professores com magistério de 2º grau eram reconhecidos como professores A e poderiam atuar de primeira a quarta série do ensino fundamental. Já os possuidores da letra B teriam uma formação correspondente a habilitação específica de grau superior, de três anos de duração, chamada de licenciatura curta, estes poderiam lecionar de quinta a oitava série do primeiro grau. Os docentes com classificação C eram aqueles com licenciatura plena, realizada no curso superior de 4 anos. Estes professores poderiam lecionar em todas as séries do ensino médio e inferiores (BRASIL, 1971).

Já na última LDB 9394/96, de acordo com artigo 62, para constituir-se docente do Ensino Médio é necessária formação de grau superior correspondente a licenciatura plena, com duração de 4 anos, em área específica, a qual o docente no mínimo haverá de realizar 300 horas de ensino antes da conclusão de tal graduação (SOUZA, 1998).

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em **nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação**, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, Art. 62, p. 22)(grifo do autor)

Neste sentido, a licenciatura curta deixou de existir e todos os professores das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio necessitam ter cursado a Licenciatura na área específica de sua atuação.

Para além da formação de professores, uma das finalidade da Educação Superior presente na última LDB (9396/96) é:

Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua [...] (BRASIL, 1996, p. 16)

Como na Educação Básica, a Educação Superior possui também uma carga horária mínima, onde, independente do ano civil, no Art. 47 a LDB exige que “o ano letivo regular [...] tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.” (BRASIL, 1996, p. 17)

Os Estados da união também apresentam sua legislação referente a educação, a qual deve sempre estar em consonância com a lei maior (Constituição Federal e LDB). Neste sentido, a legislação de Santa Catarina, na forma de Lei Complementar 170, no ART. 72 garante que “A formação de docentes para atuar na educação básica se fará em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena” (SANTA CATARINA, 1998).

Em estudos relacionados à formação de professores, Scheibe (2010) apresenta que até o ano de 2007 o Brasil contava com 1.882.961 associados ao Ensino Fundamental, desses 1.288.688 possuíam o nível superior completo. No entanto, cerca de 10% não possuíam curso de licenciatura, e muitos professores mesmo com licenciatura não apresentavam a formação adequada à disciplina que atuavam. Os números aumentam no ensino médio, onde as matérias são dadas por professores específicos.

A formação adequada precisa do apoio do poder público, a partir de estratégias de ação que atuem entre as diferentes instâncias que formam docentes, como também uma distribuição desigual de cursos públicos superiores para formar educadores em cada região do Brasil (SCHEIBE, 2010)

Com os avanços tecnológicos a cada dia surgem novas formas de estudos e programas que facilitam a formação de futuros profissionais no país. Porém o Brasil continua enfrentando problemas em conseguir contratar professores para lecionar em escolas conforme o perfil determinado pela LDB. A questão da falta de profissionais capacitados para lecionarem em nosso país é latente e não tem uma única resposta ou caminho a ser solucionado.

Segundo Oliveira & Feldfeber apud Scheibe (2010, p.984) os motivos são muitos. Os autores destacam alguns:

[...] os baixos salários predominantes; e a deterioração das condições de trabalho, esta decorrentes das longas jornadas, de salas de aula superlotadas, do crescimento da indisciplina e da violência na escola, da dificuldade em reatualizar atualizações de conteúdo e metodológicas, das cobranças de maior desempenho profissional.

Segundo Saviani, 2009 existem dois principais modelos de formação de professores: o modelo dos conteúdos culturais cognitivos, que diz que a formação dos professores se estabelece e se extingue na cultura geral e em domínio específico dos conteúdos para qual a área do saber que o educador possui formação. E também o modelo pedagógico didático, que diz que a formação só é completa com um preparo pedagógico-didático para o professor.

O modelo de professor de conteúdos culturais cognitivos é importante para que o professor saiba do conteúdo de sua aula. Para que ele consiga tratar o conhecimento com seus alunos e sanar as possíveis dúvidas dos mesmos. Já no modelo pedagógico didático um preparo pedagógico difere num professor o seu jeito de lecionar, aumentando a capacidade de entendimento, aprendizagem e satisfação de seus alunos.

A partir da legislação nacional e estadual a presente pesquisa se propõe a fazer um levantamento da formação dos professores que atuam nas escolas de Ensino Médio de Jaraguá do Sul e comparar esta formação com as disciplinas as quais eles atuam para verificar se a legislação está ou não sendo cumprida.

## **8. Metodologia**

Para o desenvolvimento da pesquisa será realizado um levantamento do número de professores, a formação profissional de cada um e disciplinas que atuam no Ensino Médio em Jaraguá do Sul. O levantamento de dados se realizado a partir de duas instâncias:

1º Solicitação à Gerência Regional de Educação (GERED) do número de professores, formação e disciplinas que atuam;

2º Levantamento de dados na secretaria das 28 escolas de Ensino Médio (federais, estaduais e particulares) presentes na cidade de Jaraguá do Sul a partir do preenchimento da tabela (ANEXO 1) a se qual solicita a formação do professor, escolas que ele atua e disciplinas que ele ministra. Tal documento permitirá identificar a formação de professores para contrapor com as disciplinas as quais ele atua, a fim de saber se sua formação e atuação correspondem às exigências expressas na LDB.

A partir do documento entregue pela GERED e o preenchimento da tabela (ANEXO 1) será realizada a análise comparativa entre a formação dos professores e as disciplinas nas quais eles atuam. Tais dados serão tabulados e apresentados em forma de relatório e apresentação oral, complementada pelos slides.

A análise e a apresentação dos dados necessitarão de um aprofundamento do tema estudado a partir das leis que regem a formação de professores e dos artigos que tratam da importância da formação para uma educação de qualidade.

## 9. Cronograma

Atividades	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aprofundamento da fundação teórica.	X	X	X		
Levantamento de dados na GERED.	X				
Levantamento de dados na escola a partir da aplicação da tabela (Anexo 1).	X	X	X		
Análise comparativa da formação dos professores e as disciplinas nas quais eles atuam.			X	X	
Estudo das Leis que regem formação de professores e o Ensino Médio e estudo teórico.		X	X	X	
Escrita do relatório			X	X	
Elaboração da apresentação.				X	
Apresentação do relatório.					X

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Associação nacional pela formação dos profissionais da educação. Brasília, 23 de abril de 2001.

BRASIL. Lei n.4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 4. trim. 1996. Legislação Federal e marginália.

CONSED. Seminário Internacional Políticas Públicas do Ensino Médio, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1996, mimeo.

SANTA CATARINA, Lei complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan/abr, 2009.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9.394/96, São Paulo: Pioneira, 1997, 140 p.

